Acessibilidade Educacional na Amazônia: análise das matrículas e da distribuição de materiais em braille na microrregião de Tucuruí (2023–2024)

*** Robson Ferreira Melo[1];**
Gabriel Marchetto[2];

RESUMO

O estudo discute a importância da educação inclusiva como princípio fundamental para assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas condições sensoriais ou funcionais, tenham acesso equitativo a recursos pedagógicos de qualidade. A pesquisa objetiva a análise quantitativa das matrículas relacionadas à educação inclusiva no período de 2023 a 2024, com ênfase na identificação de estudantes cegos e com baixa visão matriculados na rede pública da microrregião de Tucuruí, no sudeste do Pará. Além disso, investiga-se o volume de materiais didáticos em braille disponibilizados às unidades escolares do município, buscando verificar se a oferta desses recursos é compatível com as demandas pedagógicas dos alunos com deficiência visual. Como referencial teórico utilizou-se para falar sobre a educação na perspectiva inclusiva (MANTOAN, 2003; OMOTE, 2004; SASSAKI, 2005), já acerca da adaptação de materiais didáticos inclusivos (RODRIGUES, 2025; PINHEIRO, 2024) e com relação à deficiência visual (MASINI, 2013). O estudo, de natureza documental e bibliográfica, fundamenta-se em diversas fontes oficiais para a obtenção e análise dos dados. Para o levantamento das matrículas, foram utilizadas informações provenientes dos relatórios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) referentes ao Censo Escolar de 2023 e 2024, bem como dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Tucuruí (SEMED–Tucuruí). No que se refere aos pedidos de livros em braille e ao processo de produção em braille de obras didáticas, foram consultados os seguintes documentos: a) o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) Acessibilidade do ano de 2024 por meio do Edital Complementar nº 01/2023 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (CGPLI); b) o relatório do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE-Interativo) e c) os registros do Instituto Benjamin Constant (IBC) e da Fundação Dorina Nowill para Cegos (FDNC). Todos esses materiais foram considerados dentro da temporalidade compreendida entre os anos de 2023 e 2024 devido, principalmente, ao período de disponibilidade do edital do PNLD Acessibilidade. Os resultados preliminares indicam a existência de estudantes com cegueira e baixa visão no município de Tucuruí, mas evidenciam a ausência de solicitação de livros em braille para esse público, apontando para possíveis lacunas na efetivação da política de acessibilidade educacional.

Palavras-chave: Inclusão; Livro Didático Acessível; braille; Legislação Educacional.

[1] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA; brasiltuc@gmail.com;
[2] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA; gabriel.marchetto@ifpa.edu.br.